

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500849200
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	192 074,23	170 633,64
Ativos intangíveis	5	683,33	0,00
Investimentos financeiros	11.12	1 547,35	908,36
		194 304,91	171 542,00
Ativo corrente			
Inventários	6	885,07	840,11
Créditos a receber	11.6	422,50	314,70
Estado e outros entes públicos	11.7	4 057,29	7 823,50
Diferimentos	11.2	2 339,91	2 137,46
Outros ativos correntes	11.1	214 640,51	256 715,47
Caixa e depósitos bancários	11.3	1 830 635,48	1 910 137,91
		2 052 980,76	2 177 969,15
Total do ativo		2 247 285,67	2 349 511,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	31 666,62	31 666,62
Resultados transitados	11.4	1 674 200,98	1 682 630,49
		1 705 867,60	1 714 297,11
Resultado líquido do período		-65 116,26	-8 429,51
Total dos fundos patrimoniais		1 640 751,34	1 705 867,60
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	12 259,95	13 739,12
Estado e outros entes públicos	11.7	11 763,46	11 242,57
Diferimentos	11.2	153 546,52	189 172,26
Outros passivos correntes	11.8	428 964,40	429 489,60
		606 534,33	643 643,55
Total do passivo		606 534,33	643 643,55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 247 285,67	2 349 511,15

Original assinado pelos membros da direção e pelo CC

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		7 510,70	9 487,55
Pagamentos de apoios		0,00	-6,00
Pagamentos a fornecedores		-246 383,94	-199 386,46
Pagamentos ao pessoal		-254 996,33	-255 364,93
Caixa gerada pelas operações		-493 869,57	-445 269,84
Outros recebimentos/pagamentos		418 090,38	463 821,02
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-75 779,19	18 551,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-35 346,10	-41 865,22
Investimentos financeiros		-739,86	-515,95
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		154,80	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-35 931,16	-42 381,17
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		31 197,00	22 889,00
Outras operações de financiamentos		1 010,92	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		32 207,92	22 889,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-79 502,43	-940,99
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 910 137,91	1 911 078,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	1 830 635,48	1 910 137,91

Original assinado pelos membros da direção e pelo CC.

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: **500849200**

Moeda: **Euros**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pre-escolar	Lar Residência	Projeto Gas Fenosa	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados		8 195,70	0,00	0,00	8 195,70	10 406,31
Custo das vendas e dos serviços prestados		-124 960,94	-394 657,24	0,00	-519 618,18	-487 296,29
Resultado Bruto		-116 765,24	-394 657,24	0,00	-511 422,48	-476 889,98
Outros Rendimentos		92 426,56	496 729,66	25 410,74	614 566,96	642 516,52
Gastos administrativos		-27 232,91	-111 806,26	-25 410,74	-164 449,91	-170 024,39
Outros Gastos		-499,71	-3 311,12	0,00	-3 810,83	-4 031,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-52 071,30	-13 044,96	0,00	-65 116,26	-8 429,51
Resultado antes de impostos		-52 071,30	-13 044,96	0,00	-65 116,26	-8 429,51
Resultado líquido do período		-52 071,30	-13 044,96	0,00	-65 116,26	-8 429,51

Original assinado pelos membros da direção e pelo CC.

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

500849200

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	8 195,70	10 406,31
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	593 087,75	603 799,51
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-64 044,44	-62 796,47
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-192 853,14	-160 566,42
Gastos com o pessoal	9	-414 959,85	-423 109,30
Aumentos/reduções de justo valor	11.11	299,28	250,57
Outros rendimentos	7, 11.13	21 179,18	38 466,44
Outros gastos	11.14	-4 851,08	-4 866,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-53 946,60	1 583,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-11 169,66	-10 013,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-65 116,26	-8 429,51
Resultados antes de impostos		-65 116,26	-8 429,51
Resultado líquido do período		-65 116,26	-8 429,51

Original assinado pelos membros da Direção e pelo CC

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos fixos tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	12
7	Rendimentos e gastos	12
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
11	Outras divulgações	14
11.1	Outros ativos correntes	14
11.2	Diferimentos	14
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais	15
11.5	Fornecedores	15
11.6	Créditos a receber	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.8	Outros Passivos Correntes	16
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.10	Fornecimentos e serviços externos	17
11.11	Aumentos do justo valor	18
11.12	Investimentos financeiros	18
11.13	Outros rendimentos	18
11.14	Outros gastos	19
11.15	Resultados Financeiros	19
11.16	Projeto Gasfenosa	19
11.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	21
11.18	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 12.3, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Todas as propriedades de investimento que a instituição detém foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma contabilística em vigor desde 1/1/2016.

3.2.5 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Creditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Edifícios e Outras Construções	189 507,79	27 778,34		12 832,46	230 118,59
Equipamento Básico	85 589,90	4 270,67			89 860,57
Equipamento de Transporte	14 864,18				14 864,18
Equipamento Administrativo	106 441,97	475,82			106 917,79
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 673,77				6 673,77
Activo Tangível Bruto	403 077,61	32 524,83	0,00	12 832,46	448 434,90
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	44 575,32	3 537,18		12 832,46	60 944,96
Equipamento Básico	69 667,72	4 584,48			74 252,20
Equipamento de Transporte	14 864,18				14 864,18
Equipamento Administrativo	96 662,98	2 962,58			99 625,56
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 673,77				6 673,77
Depreciações Acumuladas	232 443,97	11 084,24	0,00	12 832,46	256 360,67
Activo Tangível Líquido	170 633,64	21 440,59	0,00	0,00	192 074,23

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Fixos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	31-12-2017
Programas de Computador	365,83	768,75		1 134,58
Activo Intangível Bruto	365,83	768,75		1 134,58
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	365,83	85,42		451,25
Depreciações Acumuladas	365,83	85,42		451,25
Activo Intangível Líquido	0,00	683,33		683,33

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	885,07	840,11
Total	885,07	840,11

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	840,11	750,23
Compras	50 269,70	48 127,92
Doações	13 819,70	14 758,43
Saldo Final	885,07	840,11
Gastos do Período	64 044,44	62 796,47

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados relativos a géneros alimentares.

7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de Serviços	8 195,70	10 406,31
Quotas do Utilizadores	8 195,70	10 406,31
Outros Rendimentos e Ganhos	14 116,26	24 399,20
Rendas e Outros Rendimentos	14 116,26	24 399,20
Juros	7 062,92	14 067,24
Depósitos Bancários	6 052,00	13 056,32
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	29 374,88	48 872,75

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2017	2016
		Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	496 797,87	509 551,49
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável	19 430,92	22 809,96
Segurança Social - Prestação Familiar	Não Reembolsável	17 831,95	21 474,33
Direção Geral Adm. Escolar	Não Reembolsável	0,00	962,36
Total		534 060,74	554 798,14

9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2017 e 2016 foi de, respetivamente, 26 e 28.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	335 130,44	344 765,23
Indeminizações	103,05	396,00
Encargos sobre as Remunerações	72 787,71	72 465,53
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 905,26	3 980,38
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	720,00	853,80
Vestuário e Calçado	272,39	135,36
Higiene, medicina e segurança no trabalho	1 041,00	513,00
Total	414 959,85	423 109,30

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	0,00	540,00
Juros a receber	1 573,53	7 960,50
Rendas a receber	3 064,43	3 169,38
Programa expansão pré-escolar	27 060,00	30 516,32
Faculdade Educandas	484,00	1 245,00
Projeto GasFenosa	131 134,08	162 331,08
Ageas – valores a reembolsar	5,95	5,95
Gastos a reembolsar	72,00	0,00
Titulos - CGD	224,07	223,20
Montepio Tesouraria - Fundos	51 022,45	50 724,04
Total	214 640,51	256 715,47

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 773,62	1 587,15
Medicina no Trabalho	528,00	513,00
Outros gastos a reconhecer	38,29	37,31
Total	2 339,91	2 137,46
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto Gas Fenosa	153 215,02	178 625,76
Rendas	331,50	546,50
Donativos p/ desp. c/ educandas	0,00	10 000,00
Total	153 546,52	189 172,26

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	762,12	1 726,81
Depósitos à Ordem	133 609,24	224 411,10
Depósitos a Prazo	1 696 264,12	1 684 000,00
Total	1 830 635,48	1 910 137,91

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2017:

Descrição	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62		31 666,62
Resultados Transitados	1 682 630,49	8 429,51	1 674 200,98
Total	1 714 297,11	8 429,51	1 705 867,60

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores	12 259,95	13 739,12
Total	12 259,95	13 739,12

11.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes		
Utentes	422,50	314,70
Total	422,50	314,70

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
IVA - A Recuperar	4 057,29	7 823,50
Total	4 057,29	7 823,50
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	2 794,50	2 637,85
IVA - Reembolso em Excesso	717,57	717,57
Segurança Social	8 192,03	7 829,95
FCT e FGCT	59,36	57,20
Total	11 763,46	11 242,57

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
	Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	48,50	0,00
Utentes	48,50	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	80 996,32	82 205,51
Seguros a liquidar	0,00	300,70
Remunerações a Liquidar	60 582,81	59 010,03
Outras despesas diferidas		
Água	69,21	28,22
Eletricidade	2 414,24	1 153,97
Gás	246,95	201,37
Ensino	0,00	667,00
Comunicações	0,00	24,25
Reposição acordos cooperação	17 683,11	20 747,13
Outros Credores por ac. Gastos	0,00	72,84
Instituto Segurança Social	346 075,75	346 075,75
Reposição Dotação Lar 2014	140 065,93	140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015	167 357,72	167 357,72
Reposição Dotação Lar 2016	38 652,10	38 652,10
Outros Credores	1 843,83	1 208,34
Outros Credores	1 843,83	1 208,34
Total	428 964,40	429 489,60

Os valores inscritos na rubrica “Reposição Dotação Lar ...” respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os períodos em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao que estava acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
ISS, IP - Centro Distrital (dotação)	496 797,87	509 551,49
DG Administração Escolar	0,00	962,36
IGEFE - Diferencial das educadoras	19 430,92	22 887,24
Outras Entidades	43 242,69	53 723,60
Donativos	33 551,93	16 610,48
Legados	64,34	64,34
Total	593 087,75	603 799,51

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os subsídios de “Outra Entidades” englobam 17.831,95 euros de subsídios familiares e 25.410,74 euros referentes ao projeto Gásfenosa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 13.770,08 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal e 10.425,00 euros relativos a donativos concedidos por imposição legal.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	40 613,89	1 390,52
Serviços especializados	41 715,48	50 836,01
Materiais	12 539,25	12 024,35
Energia e fluídos	23 697,50	22 917,18
Deslocações e estadas	3 353,61	643,74
Serviços diversos	20 666,72	17 800,73
Encargos com Utentes	24 855,95	23 123,85
Projeto GasFenosa	25 410,74	31 830,04
Total	192 853,14	160 566,42

11.11 Aumentos do justo valor

A Entidade detém fundos mobiliários designados por “Montepio Tesouraria”. As 531,0817 unidades de participação tinham, a 31/12/2017, um valor de 51.022,45 euros pelo que se reconheceu um rendimento pelo aumento do justo valor de 298,41 euros. Detém também ativos financeiros na Caixa Geral de Depósitos (Ações e Obrigações) tendo sido registados ajustamentos no valor total de 0,87€. Em 2016 os ajustamentos efetuados tinham sido de 250,57€.

11.12 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Outros investimentos Financeiros		
Participação – Social Shop	250,00	
FCT	1 297,35	908,36
Total	1 547,35	908,36

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Rendimentos e Ganhos	14 116,26	24 399,20
Descontos Pronto Pagamento	2,00	0,00
Outros rendimentos nos restantes ativos financeiros	1,34	2,80
Rendas e Outros Rendimentos prop. Investimento	7 217,08	7 023,76
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	2 898,94
Reembolso Subsídio Alimentação	6 895,84	14 436,20
Outros - Indemnização prejuízos	0,00	37,50
Juros	7 062,92	14 067,24
Depósitos Bancários	6 052,00	13 056,32
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	21 179,18	38 466,44

No que concerne ao valor da rubrica “Rendas e Outros Rendimentos”, para além de outros, em 2017 foram reconhecidos os valores de 349,30 euros relativos aos imóveis em copropriedade com a Santa Casa da Misericórdia e 2 889,78 euros do imóvel em copropriedade com o Instituto Profissional do Terço.

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1 983,29	208,05
Dividas Incobráveis	1 041,00	835,06
Correções exercícios anteriores	1 006,79	3 292,07
Donativos	0,00	6,00
Quotizações	300,00	300,00
Multas e Penalidades		224,54
Outros	520,00	1,00
Total	4 851,08	4 866,72

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6 052,00	13 056,32
Dividendos obtidos	1 010,92	1 010,92
Total	7 062,92	14 067,24
Resultados Financeiros	7 062,92	14 067,24

11.16 Projeto Gasfenosa

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “Projeto Gasfenosa”. Este programa consiste no apoio por parte da empresa

Gasfenoza aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto será desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tem um valor global previsto de 263 891,00 euros.

O quadro seguinte apresenta a distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

GASTOS	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	TOTAL
Matriculas e mensalidades	22 150	26 428	30 109	28 048	19 224	16 495	13 649	6 961	3 550	166 614
Manuais escolares	4 615	4 749	3 891	3 548	2 219	1 522	1 251	627	354	22 776
Apoio ao estudo	6 360	5 018	4 744	5 476	3 117	2 517	2 027	1 378	703	31 340
Alimentação (cantina)	8 550	8 721	8 271	6 845	4 222	3 147	2 365	689	351	43 161
TOTAL	41 675	44 916	47 015	43 917	28 782	23 681	19 292	9 655	4 958	263 891

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	33 340,00	33 340,00
Ano 2015	44 268,00	77 608,00
Ano 2016	46 595,00	124 203,00
Ano 2017	44 536,00	168 739,00
Ano 2018	31 808,00	200 547,00
Ano 2019	24 701,00	225 248,00
Ano 2020	20 170,00	245 418,00
Ano 2021	11 583,00	257 001,00
Ano 2022	5 898,00	262 899,00
Ano 2023	992,00	263 891,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2017, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido	Recebimentos Futuros
Inicial 263.891,00€		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Recebido ano 2017	31 197,00	
Total Recebimentos	132 756,92	131 134,08

GASTOS	2017	2016
Matriculas e Mensalidades	18 120,49	26 172,71
Manuais Escolares	1 794,68	2 056,35
Apoio ao Estudo	1 365,27	1 202,83
Alimentação (cantinas)	1 314,75	1 260,00
Transportes e outros	2 815,55	1 138,15
Total	25 410,74	31 830,04
Rendimento Reconhecido	2017	2016
Projeto Gasfenosa	25 410,74	31 830,04

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2017 ascenderam a 25 410,74 euros. O rendimento reconhecido em 2017 foi igual aos gastos incorridos no valor de 25 410,74 euros.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 31 197,00 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

11.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

Pré-escolar : **29**; Lar Infância e Juventude: **30**.

11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 09 de Abril de 2018

Original assinado pelos membros da direcção e pelo CC.